

# Estratégias pedagógicas no atendimento educacional especializado no ensino superior: um estudo comparado

## Pedagogical strategies in specialized educational service in higher education: a comparative study

*Ana Angelica Martins Matos(1); Rita de Cássia Araújo Abrantes dos Anjos(2); Renato Brito de Oliveira(3); Soraya Dayanna Guimarães Santos(4)*

1 Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF, Brasil.

E-mail: anaangelica.matos@gmail.com | ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6541-0727>

2 Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF, Brasil.

E-mail: r.abrantes2@gmail.com | ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7775-7659>

3 Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF, Brasil.

E-mail: renatoorios@gmail.com | ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9345-2529>

4 Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, Brasil.

E-mail: soraya\_dayanna@gmail.com | ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2623-4430>

**Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, vol. 6, n. 1, p. 1-18, janeiro-março, 2022 - ISSN 2447-3944

[Recebido: junho 21, 2019; Aceito: junho 22, 2020]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2447-3944.2022.v6i1.3386>

Endereço correspondente / Correspondence address

QS 7 Lote 1 - Taguatinga, Brasília - DF, 71966-700

Sistema de Avaliação: *Double Blind Peer Review*

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui! / click here!](#)

## Resumo

A partir da década de 90, os direitos sociais e educacionais de pessoas com deficiência têm sido representativos no cenário nacional e internacional. Nessa conjuntura, a proposta de uma educação inclusiva é cada vez mais recorrente na agenda das políticas públicas e presença constante nas discussões educacionais, articulando-se, principalmente, aos direitos humanos e à democracia. Considerando as contribuições da proposta da inclusão na educação superior, esta pesquisa teve o objetivo de investigar as estratégias realizadas pelos núcleos de acessibilidade e inclusão para a permanência de alunos com deficiência nas universidades, focalizando a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Foram abordadas questões sobre os dados mais recentes da Educação Especial no ensino superior e realizado um estudo comparado, de caráter qualitativo, com descrição e análise de documentos e práticas organizacionais em duas universidades privadas (Alfa e Beta) de duas diferentes regiões do país. Os resultados evidenciaram que as ações desenvolvidas nas universidades apontam para a necessidade de fomentar a atitude inclusiva, a qual precisa ser construída com reflexão coletiva de todos os envolvidos. A Universidade Alfa se destacou nas estratégias pedagógicas de atendimento individualizado ao estudante e tecnologias assistivas, enquanto na Universidade Beta há a predominância de recursos, formação e suporte pedagógico ao docente. O estudo ressalta a importância dos Núcleos de Acessibilidade para a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior.

**Palavras-chave:** Inclusão. Ensino superior. Permanência. Atendimento educacional especializado. Núcleos de acessibilidade.

## Abstract

Since the 1990s, the social and educational rights of people with disabilities have been representative on the national and international scene. In this context, the proposal for an inclusive education is increasingly recurrent on the public policy agenda and a constant presence in educational discussions, articulating, mainly, with human rights and democracy. Considering the contributions of the inclusion proposal in higher education, this research aimed to investigate the strategies carried out by the accessibility and inclusion centers for the permanence of students with disabilities in universities, focusing on the provision of Specialized Educational Service (AEE). Questions about the most recent data on Special Education in higher education were addressed and a comparative, qualitative study was carried out, with description and analysis of documents and organizational practices in two private universities (Alpha and Beta) in two different regions of the country. The results showed that the actions developed at universities point to the need to foster an inclusive attitude, which needs to be built with collective reflection from all those involved. The Alpha University stood out in the pedagogical strategies of individualized assistance to the student and assistive technologies, while in the Beta University there is a greater predominance of resources, training and pedagogical support to the teacher. The study highlights the importance of Accessibility Centers for the inclusion of students with disabilities in higher education.

**Keywords:** Inclusion. University education. Permanence. Specialized educational assistance. Accessibility cores.

## 1 Introdução

A proposta da inclusão educacional vem sendo cada vez mais discutida no âmbito das políticas educacionais, porém, ainda que a Constituição Federal de 1988, cujo artigo 205 considera a educação como um direito de todos (BRASIL, 1988), a garantia desse direito se deu de forma lenta, sobre tudo no âmbito do ensino superior. A Educação Especial no Brasil, na perspectiva inclusiva, tem suas bases no movimento a favor da educação para todos que se consolidou nos anos da década de 1990.

Nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) passaram a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva nos países signatários, pois indicou a necessidade de se promover uma reestruturação das instituições de ensino, e trouxe como princípio orientador a necessidade das instituições de se modificarem e adaptarem para acomodar todos os estudantes independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (BRASIL, 2006).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996 (BRASIL, 1996), agregou parte desses princípios, e dedicou o Capítulo V exclusivamente à Educação Especial, definindo-a como a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.

Outras leis que se seguiram fundamentaram, mais claramente, a garantia do acesso aos espaços coletivos, por exemplo, a Lei nº10.048 de 8 de novembro de 2000 (BRASIL, 2000a, assegurou a adaptação de veículos coletivos para facilitar o acesso das pessoas com deficiência aos transportes coletivos. Obrigando as empresas e repartições públicas e a todas as instituições financeiras a darem atendimento prioritário às pessoas que especifica, isto é, as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos.

Evitando ainda o alargamento de indevidas interpretações e cuidando para que aqueles que realmente precisam não fiquem sem proteção, a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000b, traz importantes definições no tocante às pessoas com deficiência, como os conceitos de acessibilidade, barreiras e seus tipos, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, orientando a supressão dessas barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 – Lei n. 10.172 de 9 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001) salientou a necessidade de ampliação de vagas no Ensino Superior sobretudo para os alunos com deficiência. Ao longo desses anos, esse dispositivo reforçou o apoio e acompanhamento dos estudantes Público Alvo da Educação Especial (PAEE) focalizando a permanência e o seu sucesso acadêmico.

A portaria nº 3.284 de 07/11/2003<sup>1</sup>, considerando a necessidade de assegurar aos “portadores de deficiência física sensorial” condições básicas de acesso ao Ensino Superior de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino, definiu requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

No ano seguinte, foi instituído o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), que regulamenta as leis nº 10.048/2000 (BRASIL, 2000a) e nº 10.098/2000 (BRASIL, 2000b). Este Decreto submete o cumprimento da lei a aprovação de projetos arquitetônicos e urbanísticos, de comunicação e informação, de transporte coletivo, dando outras providências como a aplicação de sanções administrativas, cíveis e penais, quando não forem obedecidas as normas estabelecidas.

Desde 2005, para garantir o acesso das pessoas com deficiência nas Universidades, vem sendo executado, o Programa Incluir, que incentivou a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Universidades, com o intuito de eliminar barreiras pedagógicas, arquitetônicas e comunicacional, bem como promover o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade. Entre os recursos e serviços citados no documento, e que devem ser providenciados pelas IES, estão: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); guia intérprete; equipamentos de tecnologia assistiva; materiais pedagógicos acessíveis (BRASIL, 2005).

Partindo do pressuposto de que não basta garantir o acesso, mas sobretudo o sucesso e a permanência dos alunos nos cursos, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) ressaltou a importância do AEE para a permanência dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

O Decreto nº 7.611/2011 (BRASIL, 2011) incorporou os pressupostos do Decreto nº 6.571/2008 (BRASIL, 2008), reforçando as orientações para a construção de sistemas educacionais inclusivos. Assim, este Decreto, em seu art. 1º, incisos I e III, dispõe sobre a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades e garantindo a não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, para acompanhar o desenvolvimento dos sistemas educacionais com vistas a torná-los cada vez mais inclusivos, o MEC lança, em 2013, o documento: Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que tem o propósito de servir de apoio para a avaliar questões pertinentes à acessibilidade em seus diferentes níveis. De acordo com esse documento, as IES devem inserir a educação inclusiva em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projetos Pedagógicos de Curso (PPC),

---

1 O referido documento usa a nomenclatura antiga: portadores de deficiência. A terminologia atual é: pessoa com deficiência.

planejando e promovendo as mudanças requeridas, como por exemplo, a organização e implementação de núcleos de acessibilidade para o atendimento do PAEE.

Importante ressaltar a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015), em seu Capítulo IV, reforça o dever do poder público em assegurar sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, destacando a importância do aprendizado ao longo de toda a vida, assim como o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir não só condições de acesso, mas permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. Assim enfatiza no seu art. 28, inciso XIII – “acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Junto às políticas de inclusão, as ações afirmativas, representadas por programas governamentais como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), Programa de Financiamento Estudantil (FIES), o Sistema de Seleção Unificada (SISU), tem favorecido o aumento do número de matriculados no Ensino Superior como um todo, e contribuído para o acesso, permanência e conclusão da graduação do estudante com deficiência na universidade.

O Censo da Educação Superior de 2017 (BRASIL, 2017) reforça a crescente demanda das pessoas com deficiência nos cursos do Ensino Superior. Os dados mostram que, no período de 2009 a 2017, o número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação evoluiu de 20.530 para 38.272.

Embora esse avanço seja significativo é preciso considerar o total de matrículas registradas nos cursos de graduação em 2017, isto é, 8.286.663. Desse modo, as 38.272 matrículas dos alunos PAEE correspondem a 0,46% do total de ingressantes. O que indica a necessidade de transformações nas instituições de ensino para atender as diretrizes em vigor, ou seja, para que de fato se assegure a transversalidade da Educação Especial na IES.

Os dispositivos legais brasileiros estabelecem que, no ensino superior, as instituições devem criar condições não só para o acesso, mas para a permanência do aluno com deficiência, até o término do curso. Diante disso, cabe indagar: quais são as estratégias pedagógicas utilizadas pelos núcleos de acessibilidade e inclusão para promover a permanência dos alunos público alvo da Educação Especial no ensino superior?

A pesquisa buscou investigar as estratégias pedagógicas realizadas pelos núcleos de acessibilidade e inclusão, para a permanência dos alunos com deficiência nas universidades, focalizando a oferta do atendimento educacional especializado.

## 2 Método

Para o alcance dos objetivos, realizou-se um estudo comparado, a partir de uma abordagem qualitativa-exploratória. As investigações de estudos comparados prestam contribuição importante não por indicarem o que se deva fazer, mas por esclarecerem as condições ou fatores, apurados pela análise educacional, em seu âmbito próprio. Comparar é um recurso fundamental nas atividades de conhecer. Os educadores o fazem sempre que desejem esclarecer questões teóricas e práticas relativas do seu mister (LOURENÇO FILHO, 2004).

Esse tipo de delineamento atendeu ao perfil do objeto de pesquisa, o qual se estabelece em contextos sociais reais e atuais. O estudo compara duas instituições de Ensino Superior privadas, uma localizada na região Centro-Oeste do Brasil e outra na região Sul do Brasil.

Desse modo, foram analisados documentos institucionais de ambas instituições, como os Estatutos das Universidades, os planos de ação dos núcleos de acessibilidade e inclusão e informações dos sites institucionais. Por questões éticas denominamos a Universidade localizada no Centro Oeste de Universidade Alfa, e a localizada na região Sul de Universidade Beta.

A Universidade Alfa, encontrava-se, em 2018, entre as melhores instituições privadas do Brasil, oferece média de 58 cursos de graduação na modalidade presencial e à distância, 15 cursos de pós-graduação, 6 cursos de Mestrado e 9 de doutorado. Observando a avaliação dos cursos superiores no site do E-mec (INEP/MEC), dos últimos 5 anos, verificou-se que a nota da Universidade com relação ao Índice Geral de Curso (IGC), cresceu de 3 para 4 nos últimos 2 anos.

A Universidade Beta estava, em 2018, entre as melhores universidades privadas do Brasil, oferece cursos de graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e EAD. De acordo com os resultados de avaliação dos cursos superiores do país, realizadas pelo INEP/MEC, a universidade Beta obteve nota 4 no IGC, nas últimas cinco avaliações. Dados apresentados em seu site institucional, mostram que seu quadro docente é formado, por mais de 1000 professores, mais de 90% são mestres, doutores e pós-doutores.

Considerando esses dois contextos, a pesquisa foi realizada com a adoção criteriosa de procedimentos metodológicos seguindo quatro passos, a saber:

1º Sondagem de referências que exploram a temática por meio de levantamento bibliográfico e documental de normativos políticos nacionais e internacionais;

2º Identificação e seleção de documentos institucionais mediante pesquisa exploratória dos sites oficiais e contatos com os responsáveis dos setores dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI);

3º Organização e análise dos dados baseada no estudo comparado;

4º Apresentação e discussão dos dados.



Considerando o proposto nos referenciais de acessibilidade na Educação Superior (BRASIL, 2013), bem como a necessidade do desenvolvimento das ações pelas IES, que promovam acesso e permanência dos alunos, foram estabelecidos, previamente, três eixos temáticos nos quais as estratégias identificadas foram sendo organizadas: a) ações para o acolhimento e sucesso dos alunos; b) ações formativas de docentes e funcionários; c) ações para o ensino, pesquisa e extensão.

Os dados também foram examinados a partir da proposta de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011, p. 48), a qual leva em consideração as significações (conteúdo), e eventualmente a sua forma e a distribuição desses conteúdos e formas (índices formais e análise de coocorrência). Para a referida autora é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores que permitam a inferência de conhecimentos”.

### 3 Análise e discussão

De acordo com o documento Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior (BRASIL, 2013), para fazer avançar a política de inclusão, é fundamental que a evolução das matrículas se dê acompanhada de ações que garantam não só a acessibilidade e o sucesso dos estudantes já matriculados, mas a disseminação da informação e sensibilização da comunidade acadêmica, além de ações voltadas para a inclusão que contemplem o planejamento, a composição do quadro de profissionais, os projetos pedagógicos dos cursos, os serviços de atendimento, o acervo pedagógico e cultural, a disponibilização de materiais pedagógicos e recursos acessíveis.

Nesse sentido, foram analisados documentos das duas instituições (Alfa e Beta), envolvendo informações dos sites institucionais, estatuto, plano de ação dos NAI e política de inclusão. Inicialmente nos propomos a explorar os normativos com o intuito de identificar perspectivas de inclusão presentes ou não nestes, em seguida procedemos à sistematização e organização dos dados para melhor compreensão, com análise ao longo do percurso.

#### *a) O Núcleo de Acessibilidade em uma Universidade na região Centro-Oeste*

Segundo o plano institucional da Universidade Alfa, a inclusão social e educacional é vista com atenção especial, visando garantia de qualidade de ensino, acessibilidade e permanência de estudantes e funcionários com deficiência.

Foi verificado por meio da análise do plano institucional, plano de ação do NAI e site da IES que não há uma diretriz oficial institucional no que diz respeito às políticas nacionais, internacionais para a inclusão de pessoas com deficiência. Os principais

documentos que especificam e orientam essa modalidade de apoio estudantil são o plano de ação institucional e plano de ação do próprio programa de atendimento especializado.

O apoio de AEE foi implantado nesta Instituição em 1994, com objetivo de contribuir numa perspectiva de cuidado em seus aspectos pedagógicos, psicológicos e de acessibilidade. Concordando com a missão da instituição, o núcleo tem como objetivo atuar efetivamente no desenvolvimento integral da pessoa e sociedade por meio do conhecimento. Sendo assim, o núcleo promove atendimento à comunidade acadêmica independente da condição especial, ofertando ações interdisciplinares e integradas. Em seu Plano de Ação destacou que:

[...] desenvolve suas atividades visando construir uma cultura de compromisso social a acessível a todos os públicos, não apenas oferecendo serviços de apoio especializado para esses estudantes, mas inserindo-as nos mais diversos espaços, de modo que a comunidade acadêmica venha a se conscientizar a se sensibilizar para a construção de relações que contemplem a dignidade humana e o respeito às diversidades.

A Instituição Alfa cita em seu plano de ação a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) em seu artigo 27, que assegura o direito à educação inclusiva em “todos os níveis de aprendizado ao longo da vida” como também discorre em relação à garantia de direitos previstos pela Constituição de 1988 em seu artigo V elege como princípio a “igualdade de acesso e permanência do indivíduo ao ensino” em seus mais elevados níveis (BRASIL, 1988).

O AEE desta instituição reforça o compromisso na formação do cidadão e na qualificação profissional, possibilitando o acesso e permanência, possibilitando aos estudantes e funcionários, independentemente de suas limitações, oportunidades de vivenciar uma escolarização e uma experiência de vida acadêmica com qualidade e eficiência.

O NAI acompanhava e executava ações de acordo com a necessidade do estudante, tais demandas são informadas no ato de matrícula e sistematizadas no ato de inscrição do universitário ao programa. Estrategicamente eram consolidadas atividades em grupos e individuais através de oficinas, workshops, voluntariado, parceria com equipes da comunidade acadêmica, atendimento individualizado e multiprofissional. No quadro 1 reunimos as ações desenvolvidas:



**Quadro 1.** Ações desenvolvidas pelo NAI da Universidade Alfa

Acolhimento, acompanhamento e permanência	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanha o acesso, permanência e aprendizagem dos alunos com deficiência;</li> <li>- Oferece suporte pedagógico e psicológico;</li> <li>- Sensibiliza e mobiliza a comunidade acadêmica para a acolhida das pessoas com deficiência;</li> <li>- Oferta oficinas com temas variados, baseando-se no contexto das demandas atuais: Comunicação não violenta, técnicas de estudo, autoconhecimento, planejamento de carreira, entre outros);</li> <li>- Disponibiliza oficinas inclusivas (Braille, Libras, mobilidade e transtornos de aprendizagem) para comunidade acadêmica;</li> <li>- Disponibiliza serviços especializados: computador e sistema de síntese de voz, gravador de voz, ampliação de textos para estudantes com visão subnormal, scanner acoplado a um computador para digitalização de textos impressos, ferramentas de auxílio à leitura (lupas e régua de aumento, intérprete de LIBRAS, mapeamento e guia para deficientes visuais;</li> <li>- Realiza adaptação de material pedagógico por meio de tecnologias assistivas e adaptação curricular de pequeno e médio porte;</li> <li>- Adequa infraestrutura em parceria com demais setores.</li> </ul>
Ações formativas de docentes e funcionários	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realiza assessoria pedagógica inclusiva junto aos docentes somente dos estudantes que assim requisitarem;</li> <li>- Oferece acompanhamento psicológico.</li> </ul>
Ensino, pesquisa e extensão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Supervisiona estágio obrigatório do curso de Pedagogia;</li> <li>- Supervisiona estudantes monitores voluntários em práticas educativas;</li> <li>- Disponibiliza adaptação de acervo da Biblioteca em parceria com outra instituição que desenvolve o Braille.</li> </ul>

**Fonte:** quadro elaborado pelas autoras.

### *b) O Núcleo de Acessibilidade em uma Universidade na região Sul*

De acordo com o seu Estatuto, a universidade Beta tinha como missão promover a formação integral da pessoa humana e sua capacitação ao exercício profissional. Apresentava em seus princípios a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, afirmando que o desempenho dessa atividade passa pelo “cultivo dos direitos e deveres universais de cidadania, através do diálogo, da educação das relações étnico-raciais e das políticas de inclusão. Um dos seus objetivos era “Promover formação humana e profissional da comunidade acadêmica à atuação responsável e solidária na sociedade”.

Identificou-se que essa universidade possuía uma política própria com diretrizes para a inclusão de pessoas com deficiências, para orientar as ações da universidade em seus espaços e atividades, estando consoante com um de seus objetivos estratégicos que

é o de promover práticas de responsabilidade social e cidadania. As diretrizes listavam, como fundamentos, as políticas para a inclusão das pessoas com deficiências, buscando atender a Lei nº 7853/89 (BRASIL, 1989), o Decreto nº 3.298/99 (BRASIL, 1999a) e a Portaria do MEC nº. 1.679/99 (BRASIL, 1999b), que compreendem o conjunto de orientações normativas destinadas a assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais desse conjunto da sociedade.

Ao analisar a Proposta Política e de diretrizes para a inclusão de pessoas com deficiência da universidade Beta destacamos a afirmativa: “A inclusão não pode ser entendida apenas como uma simples ocupação de espaço físico da Universidade”. Essa informação indica o reconhecimento de que a inclusão pode tornar-se um processo excludente quando não assegura às pessoas condições de permanência e desenvolvimento das suas aprendizagens. Outro trecho que se destacou, nesse documento, dizia respeito a inclusão: “precisa ser desenvolvida e incorporada pelo conjunto da Universidade para que não seja uma ação isolada de algumas pessoas. Cada setor, cada gestor e cada professor (a) e funcionário (a) é chamado/a rever seus conceitos sobre as diferenças”.

Nesse sentido, esta instituição concordava que embora a Política e as Diretrizes pretendam orientar a inclusão das pessoas com deficiências, a discussão não pode se dar isoladamente dos outros atores sociais. Por isso assumia que um dos desafios era ampliar o entendimento que “conviver com a diferença exigirá da comunidade universitária uma revisão de conceitos de trabalho, produtividade, acessibilidade, entre outros” (Proposta Política para Inclusão - PPI). Assim afirmava o compromisso de colocar em ação as lutas dos movimentos sociais das pessoas com deficiência.

Segundo a PPI da universidade Beta, as ações desenvolvidas eram deliberadas por um Comitê de acessibilidade que tem as funções de formular o plano geral de acessibilidade; monitorar a implementação do plano; acompanhar a legislação sobre a matéria; realizar avaliações periódicas dos espaços de atuação da universidade e prestar contas à reitoria das ações de acessibilidade previstas e realizadas.

Assim as ações desenvolvidas na Universidade Beta foram organizadas no quadro 2:

## Quadro 2. Ações desenvolvidas pelo NAI da Universidade Beta

<p>Acolhimento e sucesso dos alunos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanha o candidato que se inscreve no concurso vestibular para os cursos de graduação, oferecendo condições técnicas, operacionais e pedagógicas para a realização do processo seletivo;</li> <li>- Diagnóstico das necessidades apresentadas pelos alunos com deficiências para orientá-los, acompanhá-los.</li> <li>- Acompanha o desenvolvimento de novas tecnologias visando ao melhor atendimento do aluno;</li> <li>- Oferece serviço de tradução em Libras aos alunos com surdez ou deficiência auditiva, tanto em sala de aula quanto em eventos realizados na instituição</li> <li>- Avalia e implementa estratégias de atendimento individualizado ao aluno, grupos de estudos e monitorias.</li> <li>- Realiza atendimentos aos estudantes nas situações que envolvam dificuldades nas questões sociais e psicológicas por uma equipe com assistente social e psicólogo.</li> <li>- Promove encontros e eventos internos e externos que discutem a temática da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade;</li> <li>- Oportuniza estágio aos estudantes com o objetivo aproximar o aluno do mercado de trabalho</li> <li>- Trata da logística de adaptações e os ajustes de alocação em espaços adequados aos alunos com mobilidade reduzida, permanente ou temporária, usuários de cadeiras de rodas ou outras deficiências físicas/motoras.</li> </ul>
<p>Ações formativas de docentes e funcionários</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanha os professores e tutores em atendimentos individuais agendados.</li> <li>- Acompanha o desenvolvimento do trabalho pedagógico em parceria com o Núcleo de Formação Docente, apoiando os professores e tutores que tenham alunos com deficiência em suas turmas, por meio de reuniões, palestras, ciclos de estudos, seminários, entre outros eventos de formação sobre a temática da inclusão.</li> <li>- Realiza adequações no planejamento, prevendo estratégias e recursos necessários a situação apresentada pelo aluno e pela turma, tendo como base o portfólio do estudante, bem como o histórico de reuniões realizadas junto ao NAI, coordenação do curso e família;</li> <li>- Oferece ao professor suportes como tradução em Braille, ou em Libras, utilização de recursos tecnológicos (software), e outros.</li> <li>- Realiza reuniões, palestras e ciclos de estudos a fim de desenvolver competências dos gestores, professores e funcionários técnico administrativos para acolhimento das pessoas com deficiência por meio de</li> <li>- É elaborado um Portfólio e outras formas de registros de cada aluno Pcds a ser disponibilizado para consulta de um núcleo de formação docente, coordenadores de cursos e professores.</li> </ul> <p>Socializa a política de inclusão entre professores e funcionários ingressantes, por meio de campanhas, encontros e em outros momentos de formação.</p>
<p>Ensino, pesquisa e extensão</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manutenção de 3 grupo de estudos e pesquisas em inclusão.</li> <li>- Oferta o Curso de Especialização em Educação Especial/ Inclusiva e o AEE</li> <li>- Certifica a organização e disponibilização de acervo na Biblioteca de obras em Braille e áudio-livro, realizando parceria com o laboratório de adaptação de inclusão.</li> </ul>

**Fonte:** quadro elaborado pelas autoras.

## 4 Discussão

Neste estudo buscou-se analisar estratégias atuais de inclusão educacional em dois Núcleos de Apoio ao estudante, sendo em universidades privadas, em regiões distintas (Sul e Centro-Oeste) e com a abordagem de Educação Comparada. Para Ferreira (2008), desde os tempos antigos de evolução da mente humana, a comparação se faz presente na construção do conhecimento.

O entendimento do desenvolvimento dos sistemas educacionais e de aspectos a eles compreendidos a partir da comparação, é considerado uma ação pretenciosa e necessária na atualidade. As circunstâncias plurais de organização política, econômica e educacional em âmbito. Desse modo, concordamos com Cunha (2015) ao afirmar que:

Disso, deriva a importância dos estudos comparados, não para imitar, mas para trazer para os painéis ou mesas de discussão, outras ideias e horizontes que possam aprofundar a reflexão em torno dos nossos próprios desafios. A concretização de uma ideia requer o exame de condições do campo onde se pretende a sua conversão em práticas. (CUNHA, 2015, p. 21).

Sendo assim, buscou-se com essa pesquisa conhecer a pluralidade de estratégias pedagógicas que as Universidades Alfa e Beta encontraram para resolução de demandas coletivas e individuais, ampliando conceitos entre semelhanças e diferenças nos sistemas educativos e suas concepções de inclusão educacional.

No texto de Bohnert (2017) a inclusão também é vista como enriquecedora no processo de ensino, afirmando que as instituições de ensino superior (IES) têm a responsabilidade de constituir esse espaço de construção e formação do ser humano e que este processo deveria ser valorizado desde a Educação Básica como no ensino superior.

A presente pesquisa baseou-se nas orientações entre unidades de comparação propostos por Ragin, 1987 (apud MANZON, 2015, p. 130).

Constatou-se semelhanças no que se refere a adequações para ingresso, ambas adaptam as avaliações de acordo com a necessidade do estudante desde o vestibular, disponibilizando tradução em LIBRAS para estudantes surdos, ampliação de fonte e auxílio de leitor para estudantes com baixa visão, adaptação em braile para estudantes com perda total e parcial de visão.

Efetivando assim o Aviso Circular 277/96 (BRASIL, 1996) que propõe orientações às IES quanto ao vestibular:

- instalação de Bancas Especiais contendo, pelo menos, um especialista na área de deficiência do candidato;

- utilização de textos ampliados, lupas ou outros recursos ópticos especiais para as pessoas com visão subnormal/reduzida;
- utilização de recursos e equipamentos específicos para cegos: provas orais e/ou em Braille, sorobã, máquina de datilografia comum ou Perkins/Braille, DOSVOX adaptado ao computador.
- colocação de intérprete no caso de Língua de Sinais no processo de avaliação dos candidatos surdos;
- flexibilidade nos critérios de correção da redação e das provas discursivas dos candidatos portadores de deficiência auditiva, dando relevância ao aspecto semântico da mensagem sobre o aspecto formal e/ou adoção de outros mecanismos de avaliação da sua linguagem em substituição a prova de redação.
- adaptação de espaços físicos, mobiliário e equipamentos para candidatos portadores de deficiência física;
- utilização de provas orais ou uso de computadores e outros equipamentos pelo portador de deficiência física com comprometimento dos membros superiores;
- ampliação do tempo determinado para a execução das provas de acordo com o grau de comprometimento do candidato; criação de um mecanismo que identifique a deficiência da qual o candidato é portador, de forma que a comissão do vestibular possa adotar critérios de avaliação compatíveis com as características inerentes a essas pessoas (BRASIL, 1996, p. 1).

Quanto aos aspectos de acolhida e permanência e conclusão, evidenciamos que a Instituição Alfa e Beta alcançaram os objetivos propostos em seus NAIs, contudo com estratégias diferenciadas. A Universidade Alfa acompanhava efetivamente as estudantes com deficiência, público alvo da Educação Especial. Destaca-se a implementação de tecnologias assistivas, recursos didáticos e metodológicos de apoio pedagógico, disponibilizando softwares e materiais, assim como apoio de equipe multidisciplinar, auxílio de leitores e transcritores, acolhimento aos familiares e iniciando processo de assessoria junto aos docentes. Já a Universidade Beta, investe diferentes estratégias partindo do foco na formação docente, promovendo assessorias por meio de agendamentos individuais, socialização de políticas de inclusão entre docentes e funcionários por meio de campanhas e formação continuada. Há suporte metodológico para que o professor faça adaptações em suas aulas, partindo do princípio que todos os envolvidos na educação do sujeito com deficiência, tem o compromisso de incluir, não somente papel da equipe do Núcleo de acessibilidade.

Nessa perspectiva, Carvalho (2014) fala sobre a criação de culturas inclusivas em que se procura construir comunidades educacionais seguras e receptivas, na qual todos (alunos, professores, gestores, funcionários e familiares) sejam valorizados e estimulados a examinar as crenças e os valores que cultuam. De

acordo com a autora, quando nos dispomos a criar culturas inclusivas estamos (re) construindo a comunidade educacional levando-a desenvolver valores democráticos de reconhecimento das diferenças e a compreensão do significado e do sentido de trabalharem na diversidade, aprendendo dela.

É necessário considerar ainda, que uma educação de qualidade para todos implica mudanças relativas à administração e aos papéis desempenhados por todos os membros da organização escolar (CARNEIRO, 2008). Para o referido autor, é essencial o trabalho coletivo e diversificado que proporciona a vivência entre os pares, a dividir as responsabilidades e a repartir as tarefas. “O exercício dessas ações desenvolve a cooperação, o sentido de se trabalhar e produzir em grupo, o reconhecimento da diversidade dos talentos humanos e a valorização do trabalho de cada pessoa para a obtenção de metas comuns” (Op cit, p. 152).

Diante dessas concepções o ambiente escolar é rico justamente pela diversidade que possui. Para incluir, a deficiência não pode ser encarada como uma incapacidade de aprender e impossibilidade de crescimento pessoal, e sim nas possibilidades de aprender e valorizar potencialidades que logo são alçadas pelas adaptações de docente e equipe interdisciplinar.

No quesito da pesquisa e extensão, as duas universidades em questão estavam efetivando projetos de incentivo à produção científica e envolvimento da comunidade acadêmica e externa, parcerias com programas de voluntariado, eventos, oficinas, oportunizando estágios e fomentando a discussão em grupos específicos sobre inclusão escolar. A universidade Beta possuía três grupos de pesquisa sobre inclusão escolar e conta também com o suporte estratégico de monitorias especiais. Por outro lado, a universidade Alfa conta com um grupo de pesquisa em inclusão com pretensão em seu plano de ação de criação de comitê de assessoria na área de estudo e legislação.

Segundo Carvalho (2014), as instituições que decidem assumir orientação inclusiva devem considerar a prática da pesquisa, estimulando o aprender a aprender e o saber pensar, ingredientes indispensáveis à (re)construção do conhecimento com autoria e progressiva autonomia. De acordo com a autora, a prática da pesquisa permite estabelecer relações com pessoas, a lidar com objetos, fatos e fenômenos do mundo que os rodeia. Os processos de participação em grupos de pesquisa contribuem para a integração de uns com os outros, evitando-se que a inclusão se resuma a mera presença física, e evitando também que o processo de ensino-aprendizagem se resuma a mera transmissão de informações.

Dessa forma evidencia-se semelhanças entre as estratégias efetivadas nos NAIs das IES pesquisadas, neste caso, em virtude das influências de organismos internacionais como a Unesco, por exemplo, que incentiva e legitima, através de pesquisas científicas, conferências e documentos que disseminam a articulação das universidades na criação de estratégias e formas de organização ao encontro



das propostas educacionais inclusivas. Outros aspectos determinantes neste estudo comparativo são a análise do contexto demográfico, política social e econômica das regiões Sul e Centro-Oeste, como também as relações de mercado, por se tratarem de instituições privadas, atentando-se prioritariamente à modernização, qualidade e competitividade de mercado que influenciam na gestão da educação superior.

## 5 Considerações finais

Com esse estudo podemos afirmar a importância dos NAIs, visto como um serviço ofertado pelas IES de um modo geral, com o objetivo da inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica.

Assim, faz-se necessário manter, dentro das IES, espaços de atendimento especializado que almejam por novos recursos e estratégias pedagógicas para que consigam desenvolver o máximo de habilidades, físicas e/ou motoras, bem como as competências intelectuais e sociais, além de ofertar aos profissionais voltados à educação, formações continuadas em atendimento às deficiências.

A educação comparada entre as Universidades Alfa e Beta, possibilitou conhecer contextos e perspectivas em distintas regiões, levando em consideração semelhanças e diferenças em estratégias de acesso e permanência de estudantes no Ensino Superior.

Evidenciamos que a Universidade Alfa é implicada principalmente no que tange ao atendimento do estudante e tecnologias assistivas. No entanto, a universidade Beta destacou-se no trabalho conjunto de formação de professores e condições de adaptação de aulas e planejamentos individualizados. Algumas estratégias nesses contextos, se divergiram, embora as duas instituições caminhassem numa mesma perspectiva de inclusão escolar.

As semelhanças foram percebidas no acesso ao vestibular, serviços multiprofissionais da equipe de trabalho, extensão e pesquisa. A causa identificada pela proximidade de estratégias foi principalmente pelo fato de serem universidades privadas, com referências de qualidade no mercado educacional e influenciadas de organizações internacionais que pontuam e direcionam suas políticas institucionais.

Mesmo com várias leis que fundamentam a inclusão nas IES, notou-se que ainda há uma defasagem nessa modalidade de Educação Especial. As ações desenvolvidas nas universidades apontam para a necessidade de fomentar uma atitude inclusiva, a qual precisa ser construída com reflexão coletiva de todos os envolvidos combatendo os fatores que afastam os adolescentes, jovens e adultos das universidades, criando condições para que exerçam de fato, a cidadania. Espera-se contribuir para ampliar a compreensão de como se concretiza a inclusão educacional desses indivíduos nas IES.

## Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOHNERT, Gina de Oliveira Mendonça. *Inclusão no ensino superior: uma proposta de ação*. 2017. 103 f., il. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências) – Universidade de Brasília, 2017.

BRASIL. *Lei nº 7.853*, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 24 outubro, 1989. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm). Acesso em: 02 de março de 2019.

BRASIL. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723>. Acesso em: 02 maio 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1998. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. *Decreto nº 3.298*, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm) Acesso em: 02 março 2019.

BRASIL. *Portaria n.º 1.679*, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1\\_1679.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf). Acesso em: 03 março 2019.

BRASIL. *Lei n. 10.048*, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF, 08 nov de 2000. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10048-8-novembro-2000-376937-norma-actualizada-pl.pdf>. Acesso em: 02 março 2019.

BRASIL. *Lei nº 10.098*, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 19 novembro 2000 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 mar 2019.

BRASIL. *Lei nº 10.172*, de 9 de janeiro de 2001: aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legislacao\\_tecnico\\_lei10172.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legislacao_tecnico_lei10172.pdf). Acesso em: 02 mar 2019.

BRASIL. *Portaria nº 3.284*, de 07 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Diário Oficial da União,

- n. 219, seção 1, p. 12, 11 nov. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2019.
- BRASIL. *Decreto nº 5.296* de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2 de dezembro de 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm). Acesso em: 02 março 2019.
- BRASIL. MEC. *Edital nº 2*. Programa Incluir. N. 93, seção 3, p. 39-40, 17 de maio de 2005. Disponível em: <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=39&data=17/05/2005>. Acesso: em 15 out 2018.
- BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Especial. *Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais*. Brasília: MEC/SEESP, 2006
- BRASIL. MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva. Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. *Decreto nº 6.571*, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 17 de setembro de 2008. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html> Acesso em: 02 março 2019.
- BRASIL. *Decreto 7611/2011*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, MEC, 2011
- BRASIL. *Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)*, Parte I – Avaliação de cursos de graduação. Brasília: MEC/INEP/DAES, 2013. Disponível em: <http://www.ampesc.org.br/arquivos/download/1382550379.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.
- BRASIL. *Lei nº 13.146*, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/205855325/lei-13146-15>. Acesso em: 04 mar 2019.
- BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). *Censo da Educação Superior 2017*. [Online]. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: 10 abril 2019.
- CARNEIRO, Moaci Alves. *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações*. 2 ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2008.
- CARVALHO, Rosita Édler. *Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico*. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.
- CUNHA, Célio da. Educação Comparada: relevância e caminhos metodológicos. In BRAY, Mark; ADAMSON, Bob; MASON, Mark. (Org.). *Pesquisa em educação comparada: Abordagens e métodos*, et al. - Brasília: Liber Livro. 2015, p. 22 a 25.
- FERREIRA, Antônio Gomes. O sentido da educação comparada: uma compreensão sobre a construção de uma identidade. *Educação*, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 124-138, maio/ago. 2008.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Educação comparada*. 3.ed; organização Ruy Lourenço Filho, Carlos Monarcha - 3. ed. – Brasília: MEC/Inep, 2004. 250p.

MANZON, M. Comparação entre lugares. In: *Pesquisa em Educação Comparada: abordagens e métodos* / Mark Bray; Bob Adamson; Mark Mason (Orgs.), et al. – Brasília: Liber Livro, 2015.

MEC. *Relatório de Educação para Todos no Brasil, 2000-2015*. Versão preliminar. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf/15774-ept-relatorio-06062014/file>. Acesso 31 de maio 2018.

MEC. *Aviso Circular nº 277/MEC/GM* - Brasília, 08 de maio de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien: Unesco, 1990.

UNESCO. *Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca: Unesco, 1994.